

considerada uma formação continuada para os delegados que participam das comissões, e que seja criada uma comissão de mobilidade, pois não existe. Posteriormente, a Sra. Magda Bernardes, diretora da Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro, pleiteou que o Núcleo Rural Córrego do Atoleiro volte a ser uma área rural. Ato seguinte, o Doutor Dênio Augusto de Oliveira Moura, representante do Ministério Público, informou que o Ministério Público tem trabalho para assegurar a participação social no processo de revisão, não somente na elaboração, mas também na implementação, uma vez que é garantido na legislação. A partir do primeiro diagnóstico, concluiu-se que há uma completa desconexão entre o PDOT e os orçamentos, PPA e LDO, das leis anuais, o que explica o baixo índice de execução do PDOT em 2009. No segundo diagnóstico, constatou uma total falta de conexão entre as políticas públicas, solicitando que os pontos que estão em desacordo sejam apresentados e, posteriormente, incorporados ao futuro PDOT. Sugeri que cada proposta esteja de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável, e reflita no PPA, na LDO e no orçamento. Citou a necessidade de a sociedade participar das políticas públicas, inclusive a participação dos órgãos federais no processo de revisão. Por fim, solicitou uma maior divulgação. Após, o caciue Sr. Marcondes Alves Tapuia solicitou que a área do Paranoá Sul seja reconhecida como território indígena, e concluiu inferindo que existe um projeto onde é reivindicado o reconhecimento territorial pela FUNAI e pelo Ministério dos Povos Indígenas. Adiante, o Sr. Cirênio Vieira Morais, Presidente da Associação AFPJ, agradeceu a Seduh e ao Deputado Rogério Morro da Cruz pela realização do trabalho e enfatizou acerca da falta de água que está ocorrendo na região do assentamento 10 de junho, solicitando providências para essa questão. Seguidamente, a Sra. Taony Santos, Representante da Associação dos Moradores do Vale dos Ipês, pleiteou que a Seduh possa, na fase inicial dos trabalhos de visita, ter um olhar técnico e humanizado para a comunidade de moradores do Vale dos Ipês. Enfatizou sobre as invasões e a necessidade de preservar o meio ambiente da forma como está e, para isso acontecer, precisa de planejamento e regularização das áreas. Inferiu sobre a falta de fiscalização sobre as invasões antes de acontecer. Ato contínuo, o Sr. Damião Ferreira, presidente da Associação de Moradores da Quadra 308 do Residencial Oeste, inferiu sobre a grande dificuldade dos moradores da região para realizar financiamentos habitacionais junto à Caixa Econômica Federal, e solicitou que os responsáveis envolvidos em projetos habitacionais possam unir forças com os parlamentares a fim de atender essa demanda de 2016. Adiante, o Sr. Antônio Edson Guimarães Farias, presidente da Associação dos Chacareiros do Park Way, inferiu sobre a vontade da comunidade para que possam ser considerados em área rural novamente. Posteriormente, a Sra. Carmen Regina Correia, Destacou a baixa densidade de ocupação, baixo índice de impermeabilização e os cuidados importantes da área de risco, Lago Oeste. Solicitou a regularização fundiária para trazer segurança jurídica, e o aprimoramento técnico para que a área cumpra a função socioambiental, inferiu que o núcleo rural do Lago Oeste está inserido em uma área maior, na zona de amortecimento do Parque Nacional de Brasília e demanda atenção pela sensibilidade da região. Sinalizou que a área de Cooper Palmas se encontra no processo de licenciamento ambiental do Lago Oeste. Reiterou a solicitação da CooperPalmas para inclusão como área passível de regularização fundiária rural, na estratégia de regularização fundiária do processo de revisão do PDOT. Após, o Sr. Benny Schvartsberg, professor da UnB e representante da Associação Andar a Pé, destacou a participação dos deputados Max Maciel e Gabriel Magno e inferiu acerca do descompromisso dos demais deputados com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT. Destacou a necessidade de vincular o Plano Diretor, que orienta o plano plurianual, a lei de direitos orçamentários e as leis orçamentárias anuais. Solicitou que fosse criado um canal onde a Seduh pudesse responder aos questionamentos da comunidade de forma objetiva e transparente. Com respeito à leitura do diagnóstico, à leitura técnica, no ponto da habitação, observou que não respondeu suficientemente o Plano de Habitação de Interesse Social do Distrito Federal - Plandhis, que é um plano que conseguiu avançar em propostas, em diretrizes, em instrumentos, um eixo condutor da questão da formulação do PDOT, que é o tema da habitação e da regularização fundiária. Ato seguinte, a Sra. Elid Barbossa de Oliveira, representante da Prefeitura Comunitária do Alto Kanegae, solicitou a alteração das áreas de rural para urbana na fazenda Sucupira, com os condomínios Império do Sol, Novo Horizonte, Montes Verdes, Montes Claros e Recanto dos Pássaros, bem como a ampliação das linhas de ônibus que atendem a região. Após, o Sr. Emerson Santos Tavares, pleiteou a regularização Associação de Chacareiros do Núcleo Bandeirante – NB1 e NB2. Enfatizou a diversidade culinária, hotelaria e córregos na região e o potencial turístico dentro do Distrito Federal. Adiante, a Sra. Luísa Alencar Costa, presidente da Associação dos Moradores da Quinta das Orquídeas, solicitou que haja a regularização fundiária da referida Gleba. Seguidamente, o Sr. Osiel Pereira de Sousa, inferiu sobre a importância de ter uma legislação que proteja a comunidade que luta para possuir a casa própria, e que os processos de aquisição sejam simplificados e acessíveis e que combatam a especulação imobiliária. Ato contínuo, a Sra. Ermivone Nunes Marques, representante da Granja Modelo, sugeriu o desenvolvimento de um plano de regularização que considere as especificidades de cada localidade, respeitando as áreas frágeis e viabilizando alternativas que permitam a permanência. Após, a Sra. Cleusa Maria enfatizou acerca da preservação das nascentes existentes no Distrito Federal. Destacou a importância do Córrego Crispim para o meio ambiente, pontuou a proteção ambiental que os chacareiros proporcionam e as invasões na área que comprometem a zona rural, transformando-a em urbana. Posteriormente, o Sr. José Carlos Gomes, presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Margarida Alves, pontuou acerca dos problemas enfrentados pela comunidade e solicitou que as autoridades pertinentes possam acolher, principalmente neste momento de revisão do PDOT, as famílias que residem na referida região e agradeceu à Seduh pela indicação da área dentro da estratégia de regularização do PDOT. Adiante, o Deputado Distrital, Sr. Max Maciel,

informou que a Câmara Legislativa está acompanhando com muita atenção e, certamente, com um bom diálogo, serão realizados todos os ajustes que se fizerem necessários. Após, o Sr. Everton Maseria enfatizou sobre o desejo das comunidades para que haja a reversão das áreas que eram, inicialmente rurais, em urbanas, voltando, assim, a serem rurais, garantindo todos os direitos de seus moradores. Seguidamente, a Sra. Sol Udre solicitou que todas as questões pontuadas, durante a reunião, fossem apreciadas e futuramente respondidas em forma de audiência pública para toda comunidade, de forma a sanar as dúvidas. Em seguida, o Sr. Pedro Tapuia, representante do Instituto Nacional do Índio e da Aldeia multiétnica da ARIE do Paranoá Sul registrou que faz parte do povo ancestral do Distrito Federal, que boa parte dos indígenas originários do Distrito Federal foram para Minas Gerais e Bahia, mas a família permaneceu. Ressaltou que lutam pela conservação, a preservação dos recursos hídricos no DF. Informou sobre a falta de energia no Paranoá Sul e ações de loteamento na área do cerrado. Posteriormente, a Sra. Lúcia Gomes Queiroz, Presidente da Associação Vila Esperança, enfatizou acerca da solicitação de regularização da área do Alto Kanegae e Riacho Fundo 1 e para que a SEDUH tenha atenção para com essa comunidade. Ato seguinte, a Sra. Massae Wajjanbte, produtora do Núcleo Rural Taguatinga, representante do Sr. Cláudio Antônio Teixeira Pires, solicitou a permanência do produtor rural, o apoio tecnológico e de conhecimento para que possam aprimorar o seu trabalho, inferiu a necessidade da integração entre órgãos públicos para que atuem na fiscalização e os parcelamentos não aconteçam nas áreas rurais e continue cumprindo a função socioambiental. Com a palavra, o Sr. Doralvino Sena, representante do Movimento em defesa do Parque das Graças questionou sobre as obras que deveriam ser terminadas nesse período de seca e a falta de sustentabilidade sobre as ações relacionadas ao PDOT. Após, o Sr. Sérgio Rezende, Engenheiro Ambiental da Associação Empresarial do Paranoá, pleiteou que seja realizada a regularização fundiária do Setor Industrial do Paranoá e Setor de Galpões do Paranoá, como Arine. Com a palavra, a Sra. Maria Luíza Pinho Pereira, professora da UnB, opinou sobre dividir o Distrito Federal por Região Administrativa e sobre a falta de equipamentos públicos nas regiões mais vulneráveis. Seguidamente, o Sr. Pedro Ivo, parabenizou a iniciativa do trabalho e a equipe, pleiteou a necessidade de integração entre os órgãos e a participação dos órgãos federais e da população e seguiu inferindo sobre a necessidade de que o PDOT seja sustentável. Adiante, o Deputado Distrital, Sr. Gabriel Magno, propôs que a câmara elabore oficinas explicativas antes de chegar ao texto final do PDOT. Concluiu sugerindo que fosse firmado um pacto institucional entre Poder Legislativo e Poder Executivo para formular um melhor PDOT. Finalizadas as inscrições de fala, seguiu-se ao item 4. Encerramento: Com a palavra, o Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva agradeceu a presença e participação de todos e seguiu inferindo que acerca da participação das Administrações Regionais, já existe um cronograma de reuniões agendadas com os administradores para que participem do processo de revisão do PDOT. Pontuou que a partir desse momento serão encaminhadas as devolutivas, pois já foi realizado o levantamento e apresentação dos dados. Solicitou auxílio dos parlamentares presentes para aprovação do projeto do PDOT. Concluiu agradecendo a presença da Deputada Federal, Sra. Érika Kokay e dos Deputados Distritais, Senhores Gabriel Magno e Max Maciel. Seguidamente, o Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva declarou encerrada a 2ª Audiência Pública de Apresentação da etapa de Diagnóstico obtido na revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT.

JULIANA MACHADO COELHO
Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano

JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA
Secretária de Estado, Substituta

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM VISTAS À APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS DO PLANO DE INTERVENÇÃO URBANA – PIU LAGO SUL E DA MINUTA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE PROPÕE ALTERAÇÕES À LEI COMPLEMENTAR Nº 948, DE 16 DE JANEIRO DE 2019

Às dezenove horas do vigésimo primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, na sede da Administração Regional do Lago Sul, localizada no endereço SHIS QI 11, Área Especial nº 1 Lago Sul, Brasília - DF, foi iniciada a Audiência Pública com vistas à apresentação dos estudos do Plano de Intervenção Urbana – PIU do Lago Sul e da Minuta do Projeto de Lei Complementar que propõe alterações à Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, pelo senhor Marcelo Vaz Meira da Silva, Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – Seduh, contando com a presença dos participantes relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Abertura dos Trabalhos. 2. Apresentação Técnica. 3. Abertura das manifestações orais. 4. Encerramento. A Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados - Ascol/Seduh, preliminarmente, saudou os presentes e procedeu com a leitura resumida do regulamento da Audiência Pública. Registrou que o 1º Aviso de Convocação foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 177 e em Jornal de Grande Circulação no dia 16 de setembro de 2024. O 2º Aviso de Convocação foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 190, de 03 de outubro de 2024, bem como foi dada publicidade na página eletrônica da SEDUH, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013. Adiante, passou-se ao item 1. Abertura dos Trabalhos: Foram convidados para compor a mesa os seguintes participantes: o senhor Marcelo Vaz Meira da Silva, Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – Seduh; a senhora Janaína Domingos Vieira, Secretária Adjunta da Seduh; a Senhora Letícia Luzardo, Subsecretária de Desenvolvimento das Cidades - Sudec/Seduh; e o senhor Rubens Santoro, Administrador Regional do Lago Sul. Seguidamente, com o uso da palavra, o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva enfatizou que

após a aprovação da Lei de uso e ocupação do Solo - LUOS, em 2019, foi iniciado um processo de dinamização para trabalhar os aspectos da Lei de Uso e Ocupação do Solo, mas, principalmente, analisar o que necessita ser melhorado em cada Região Administrativa. A partir desse processo foram iniciados estudos para propor soluções de melhoria nas cidades, que serão apresentados adiante. Com a palavra, o senhor Rubens Santoro agradeceu a presença da comunidade e desejou que a reunião fosse esclarecedora e produtiva. Ato contínuo, passou-se ao item 2. Apresentação Técnica: a senhora Letícia Luzardo iniciou a apresentação técnica do Plano de Intervenção Urbana - PIU do Lago Sul, explicando que a metodologia utilizada para o estudo é a mesma de todas as outras regiões administrativas e o material disponibilizado no prazo adequado, conforme a Lei nº 5.081, de 2013, bem como a apresentação da minuta do projeto de lei complementar que propõe alterações à lei complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019. Adiante, seguiu-se ao item 3. Abertura das manifestações orais, sendo necessária a prévia inscrição. As falas seguirão a ordem de inscrição e devem respeitar os tempos de duração: 5 minutos, quando se tratar de representante de entidades e 3 minutos no caso de manifestações individuais. O senhor Eduardo Moreira Lima, representante do Conselho Comunitário do Lago Sul, agradeceu pela oportunidade de participação e pontuou sobre a preocupação da comunidade acerca da preservação da natureza residencial da referida região administrativa, solicitando que essa deliberação seja um ponto de reflexão das autoridades competentes. Posteriormente, o senhor Leonardo Veiga Avaloni, Representante da Associação Comercial e Empreendedora do Lago Sul, parabenizou pelo trabalho desenvolvido na região. Ato seguinte, a senhora Sílvia Seabra solicitou que sejam revistas as questões afetas à segurança pública, em relação à transtornos causados pelo escritório de advocacia em frente à sua casa e vagas de estacionamento nas áreas do Lago Sul. Após, o senhor Alexandre Sampaio Azevedo inferiu sobre a ilegitimidade dos mapas apresentados no projeto e solicitou que as propostas pautadas, por meio dos questionários realizados com a comunidade, fossem disponibilizadas e apresentadas baseadas na visão da Seduh. Seguidamente, o senhor Carlos Campos pontuou que o trabalho desenvolvido fosse organizado e apresentado para o público, modificando as nomenclaturas de endereçamento de forma que fosse de fácil entendimento para a comunidade. Concluiu enfatizando que os moradores do Lago Sul não desejam o licenciamento de novos escritórios de advocacia sem que haja um regramento real e efetivo das utilizações. Ato contínuo, o senhor Luiz Carlos Garcia Coelho inferiu que a comunidade do Lago Sul deseja que a referida Região Administrativa continue como bairro residencial, sem a implantação de novas áreas comerciais. Adiante, o senhor Jason Frasunkieurz discorreu sobre as questões afetas aos ciclistas, solicitando que sejam separadas as áreas de ciclovia e criadas novas, preservando a segurança e o bem-estar de quem utiliza essas áreas. Com a palavra, o senhor Pedro Gadelha questionou e opinou sobre a forma de utilização de chácaras na região do Lago Sul. Seguidamente, a senhora Juliana Caetano solicitou melhoria na acessibilidade das áreas residenciais da região do Lago Sul. Posteriormente, o senhor Jorge Dantas inquiriu acerca dos desdobramentos que acontecerão após a Audiência Pública que foi realizada, quais são os próximos passos e se serão realizadas as ações propostas pela comunidade. Ato seguinte, o senhor Sylvain Levy parabenizou pelo trabalho realizado e propôs a realização de algumas outras reuniões para continuar debatendo acerca dos temas propostos. Concluiu solicitando que fossem revistas as atribuições concedidas ao termo "atividade econômica". Após, a senhora Natanry Ozório, presidente da AMLAC, inferiu que o desejo da comunidade do Lago Sul é que seja mantida, na região, suas características originais de área exclusivamente residencial. Ato contínuo, o senhor Ricardo Caddah, questionou sobre a preservação ambiental e a quantidade de lotes e casas sendo construídas na região. Seguidamente, o senhor Sérgio Gonçalves pontuou que o projeto apresentado pela Seduh é interessante, porém não contém substâncias que embasam uma discussão. Ato contínuo, o senhor Pedro Fortes propôs que fosse organizado um setor de área comercial, para que os moradores possam usufruir das belezas do Lago Sul sem se preocupar com trânsito, filas e que tenha um ambiente acolhedor. O senhor Luiz Felipe Arena enfatizou que as propostas apresentadas estão dentro dos parâmetros que a comunidade necessita para que haja a evolução da cidade. Posteriormente, o senhor Guilherme Jaganu, presidente da Associação Colina Dom Bosco, inferiu que a experiência de ter comércio nas áreas residenciais foi uma experiência malsucedida, pois ocasionou aumento de pessoas nos conjuntos habitacionais, excesso de carros e dificuldade para estacionar. Concluiu solicitando que esta questão fosse revista dentro do Plano de Intervenção para que os moradores voltem a ter vida tranquila no Lago Sul. Ato seguinte, a senhora Nick Tzemos, reforçou que o Conselho Comunitário do Lago Sul deseja que na região sejam mantidas apenas residências, sem a intervenção ou criação de novos locais comerciais. Após, o senhor Rogério Meneguim, Representante da Associação de Moradores da QLI12, pleiteou que sejam realizados novos esclarecimentos acerca das propostas apresentadas pela Seduh e propôs que o tema seja debatido outras vezes. Finalizadas as inscrições de fala, seguiu-se ao item 4. Encerramento: Com a palavra, o senhor Marcelo Vaz Meira da Silva agradeceu a participação de todos os presentes e pontuou que a Seduh colheu todas as informações apresentadas pela comunidade e, posteriormente, serão publicadas as considerações que foram acatadas ou não, e os demais motivos. Após, o Administrador Regional do Lago Sul, o senhor Rubens Santoro, agradeceu pela participação de todos e concluiu enfatizando que isso reflete no aperfeiçoamento da democracia participativa. Seguidamente, o senhor Marcelo Vaz Meira da Silva declarou encerrada a Audiência Pública.

JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA

Secretária de Estado, Substituta

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH

LETÍCIA LUZARDO

Subsecretária de Desenvolvimento das Cidades - SUDEC/SEDUH

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - BRASÍLIA AMBIENTAL

ATA SUCINTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DE IMPACTO
DE VIZINHANÇA - RIVI

PARCELAMENTO DE SOLO URBANO
SETOR ECONÔMICO DE SANTA MARIA

Ao dia dez de outubro de dois mil e vinte e quatro, por meio de evento virtual, às dezenove horas, com ponto de acesso presencial e transmissão ao vivo pelo Canal do YouTube do Brasília Ambiental, o INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL - IBRAM/DF realizou a Audiência Pública Virtual, com transmissão ao vivo pelo YouTube, de apresentação e discussão do RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (RIVI) para parcelamento de solo urbano do empreendimento denominado SETOR ECONÔMICO DE SANTA MARIA, localizado na na fazenda Saia Velha, na Região Administrativa de Santa Maria (RA XIII), Distrito Federal. PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL: 00391-00004385/2023-96, TIPO DE LICENÇA: LICENÇA PRÉVIA - LP, TIPO DE ATIVIDADE: PARCELAMENTO DE SOLO URBANO, INTERESSADO/EMPREENDEDOR: Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP. Empresa Responsável pela Elaboração do Estudo/Relatório: Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda-EPP. Para as pessoas com dificuldade ou sem acesso à internet foi disponibilizado um espaço para acompanhamento da audiência pública no endereço: Galpão Cultural de Santa Maria, localizado na Quadra Central 01 (QC 01), Conjunto H, ao lado do Restaurante Comunitário, na Região Administrativa de Santa Maria, Brasília/DF. A Audiência Pública foi aberta pelo representante da Superintendência de Licenciamento Ambiental, Sr. ANTONIO CARLOS PAIM TERRA. O servidor presidiu e iniciou com as boas vindas e apresentação dos tramites da audiência pública. Após as orientações iniciais foi passada a palavra ao representante da Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda-EPP, Sr. Carlos Christian Della Giustina, para apresentação pessoal e exposição técnica do estudo ambiental. A exposição técnica foi realizada por meio de vídeo explicativo que abordou os principais pontos dos estudos, o diagnóstico ambiental da área do empreendimento, sua proposta de projeto e implantação, seus aspectos e impactos ambientais e por fim as medidas mitigadoras propostas. Após a exposição, foi realizado o intervalo de quinze minutos previsto na norma. Finalizado este intervalo, a audiência foi retomada pelo Sr. ANTONIO CARLOS PAIM TERRA, que mais um vez reforçou sobre os trâmites legais para participação dos interessados na audiência pública. Dando sequência, as pessoas inscritas fizeram suas contribuições/questionamentos à mesa. Os participantes foram ouvidos e respondidos pela Sra. Bianca Ilha, da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, e pelos demais membros da mesa. O servidor ANTONIO CARLOS PAIM TERRA prestou informações sobre os trâmites de licenciamento ambiental dos processos de parcelamento de solo e conduziu a audiência para sua conclusão. Por fim, foi realizado o encerramento da audiência pública, reforçando-se as formas de participação. Conforme o Regulamento da audiência pública, independente de ter participado ou não da transmissão ao vivo da audiência pública, qualquer cidadão pode, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados da data de realização da audiência pública, encaminhar suas contribuições, questionamentos ou solicitar a anexação de documentação pelo email: licenciamento.ibram@gmail.com ou sulam@ibram.df.gov.br, onde serão posteriormente respondidas e incluídas na Ata completa que será publicada em até 30 (dias) após a data de realização da audiência pública. Respeitado o prazo de dez dias não foram recebidas novas contribuições e participações sobre a audiência pública. Cumpre destacar que esta participação é parte integrante da audiência pública, fazendo parte de seu escopo e realização. O vídeo da audiência pública fica disponível no canal do YouTube do Brasília Ambiental para poder ser acessado posteriormente. As instruções relativas aos canais de transmissão e respectivos procedimentos para acesso foram divulgadas previamente, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência da data de realização da audiência pública, no endereço eletrônico www.ibram.df.gov.br e ficam disponíveis após o encerramento da Audiência Pública para aqueles que quiserem acessar posteriormente. Os estudos e a documentação podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.ibram.df.gov.br. A ata sucinta deverá ser anexada ao processo de licenciamento ambiental e publicada no Diário Oficial do Distrito Federal e no site do BRASÍLIA AMBIENTAL, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de realização da audiência pública. A ata completa (degravação) deverá ser anexada ao processo de licenciamento e publicada no site do BRASÍLIA AMBIENTAL, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da audiência pública. A Audiência Pública transcorreu de maneira adequada e de acordo com o regulamento previsto. Nada mais havendo a discutir ou constar, encerra-se a presente ata.

RONEY NEMER

Presidente